

“É fundamental garantir a boa gestão do nosso mar e dos seus recursos”

Declaração Política | António Lima

Os Açores têm no mar a sua maior riqueza.

Essa riqueza não se mede apenas em termos de recursos, mas acima de tudo pelo seu valor intrínseco, pela sua importância para a biodiversidade global e pelo seu contributo fundamental para a regulação climática.

Preservar e gerir bem o nosso vasto património natural é uma responsabilidade primeira para com os açorianos e açorianas mas também, e acima de tudo, uma responsabilidade para com a humanidade e o planeta.

É fundamental garantir a boa gestão do nosso mar e dos seus recursos.

A conservação da biodiversidade marinha, nossa responsabilidade, é o único garante da sustentabilidade futura do mar, das atividades económicas que dele dependem, e por consequência das milhares de famílias que economicamente também dele vivem.

São conhecidas as propostas para proteger, sob a forma de áreas marinhas protegidas, 30% do mar dos Açores.

Esse importante objetivo de pouco servirá se, por um lado, a sua implementação não for acompanhada de fiscalização e conhecimento e se, já agora, nesses 30% já não existirem recursos significativos a proteger.

Mas a ambição do comboio que o governo apanhou e que pretende proteger 30% do nosso mar, comboio esse liderado por entidades externas à região, não parece estar a ter a necessária participação e apoio de todos os intervenientes.

Se esse objetivo não for de todos e para todos, ele falhará.

Se a política ambiental não for justa, compreendida e apoiada pelos diversos intervenientes, nunca será implementada de modo eficaz.

Feito este alerta sobre o futuro, verificamos hoje que a ambição que se reflete no importante objetivo de proteger 30% do mar dos Açores esbarra na realidade que é a gestão diária dos recursos do mar.

Na gestão das quotas de pesca, medida essencial para evitar a sobrepesca, que coloca em causa os recursos, mas também para maximizar o rendimento, vemos sinais muitíssimo preocupantes.

No ano passado a gestão das quotas de pesca definidas pela região foi verdadeiramente desastrosa.

Em várias espécies, como a Abrótea, a Veja, o Cântaro, o Badejo e a Raia, as quotas definidas pela região foram ultrapassadas nos seus limites trimestrais definidos pelo governo.

Para cada uma destas violações, ou quando se esteve perto de cometer outras, o Governo Regional veio aumentar ou eliminar os limites fixados, numa tentativa óbvia de justificar retroativamente capturas excessivas que não soube ou não quis fiscalizar.

Uma verdadeira trapalhada.

No caso de espécies costeiras como a Veja e para as quais tinham sido criadas quotas por ilha, e que certamente pretendiam impedir o excesso de capturas nas populações locais, pois são espécies que não transitam entre ilhas, o Governo entendeu aumentar as quotas de umas ilhas, diminuindo as de outras.

Ora não há, evidentemente, nenhuma possibilidade de se compensar as perdas destas espécies nalgumas ilhas com as de outras.

Por exemplo, se deixar de haver Veja em São Miguel, as populações da Graciosa não irão migrar para lá por milagre.

A isto se junta o mau planeamento na gestão do espaço de armazenamento nos entrepostos, que levou a que se tivesse que limitar as descargas de atum em certos postos e à obrigação de compensações difíceis de calcular e confirmar por cada quilómetro a mais feito para descarregar em entrepostos mais distantes.

Nas quotas regionais para 2022, a trapalhada regressou, com as novas possibilidades de captura a serem publicadas a 21 de dezembro, mas retificadas para só entrarem em vigor apenas a 1 de abril.

Acontece que as capturas de todas as espécies com quotas definidas pela região em 2022 são já mais do dobro das observadas no período homólogo de 2021.

Isso significa que toda a divisão trimestral definida pelo governo estará comprometida, com prejuízo a prazo para todo o setor.

Mas não é apenas pela gestão das quotas que os recursos e biodiversidade ficam em risco com a gestão que tem sido feita pelo governo.

O Governo Regional, intencionalmente, adiou na véspera da entrada em vigor e sine die a obrigatoriedade das embarcações de palangre terem sistema de monitorização ou localização.

Para além do adiamento, esta fica dependente da notificação do armador por parte do governo.

Se no exemplo anterior se vê incompetência e a incapacidade de gestão e acompanhamento do setor e das capturas, este último ponto traduz uma intenção deliberada em deixar cair mecanismos que podem garantir maior prevenção.

É uma forma disfarçada de reverter a medida. Metodologia que este governo utiliza em várias áreas da governação.

Se evitarmos capturas ilegais, estaremos a garantir a subsistência dos recursos e evitam-se coimas avultadas: todos ganham, principalmente a médio e longo prazo.

Mas o Governo prefere garantir ganhos imediatos e efémeros colocando em causa a sustentabilidade futura dos recursos do setor e a biodiversidade.

Nas pescas, o rendimento continua a ser distribuído de forma medieval e os níveis de formação académica e profissional são muitíssimo baixos.



I Grupo Parlamentar I



No entanto, deste governo há um silêncio sepulcral sobre os contratos de trabalho na pesca e não há formação de pescadores na região.

Como se vê, o discurso da sustentabilidade na boca do governo regional não bate certo com a prática da sua governação.

De pouco servirá propagandear a proteção de 30% do nosso mar se nem se consegue gerir as quantidades pescadas a cada dia.

Se essa incompetência e incúria se alastrar para quotas geridas pela União Europeia, poderá trazer graves consequências para os Açores no imediato.

Com este governo, nesta área, como noutras temos uma fachada de propaganda e uma política de vistas curtas que pode comprometer o futuro.

Fica, nesta declaração política, mais uma vez o alerta para que o governo nesta área acerte o passo.

Horta, 9 de fevereiro de 2022
